

## Um ôbrilhante congresso: escritoras portuguesas no projeto de António Feliciano de Castilho para sua versão de *Os Fastos* ovidianos

Eduardo da Cruz<sup>1</sup>

**Resumo:** O poeta António Feliciano de Castilho foi um dos principais nomes do campo literário português até ser atacado em 1865, numa polêmica conhecida como “Questão Coimbrã”, por escritores que mais tarde seriam considerados a Geração de 70. Neste artigo, analisaremos o projeto de composição das notas à sua tradução d’*Os Fastos*, de Ovídio, publicada em 1862. Para isso, destacaremos os paratextos que acompanham a obra e alguns de seus epitextos, nomeadamente um conjunto de correspondência do segundo semestre de 1859 sobre sua composição. O objetivo é verificar suas ações para incluir autoras como colaboradoras de seu projeto de anotação. A análise da correspondência revela um conjunto significativo de autoras e os diferentes modos com que Castilho se relaciona com elas.

**Palavras-chave:** Autoria feminina. Correspondência. Paratexto. Campo literário.

### Introdução

António Feliciano de Castilho (1800-1875) é um caso curioso na historiografia literária portuguesa. Ele foi considerado um dos grandes nomes do romantismo, formando um “triumvirato” com Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877), mas acabou por ser alcunhado de “árcade-póstumo” pela Geração de 70 após a polêmica conhecida como “Questão Coimbrã”, que opôs esse poeta e seus amigos e discípulos ao grupo de literatos que acabaria por ocupar o centro do campo literário, como Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga e outros. Castilho, apesar do prestígio desfrutado e do papel preponderante que exercia, sobretudo após a morte de Garrett e do afastamento de Herculano para cultivar oliveiras e produzir azeite em Vale de Lobos, é hoje um autor esquecido, sem reedições recentes de sua obra.

Por outro lado, alguns pesquisadores têm buscado reler a produção desse autor, que abrange não apenas a poesia, mas um grande leque de atividades relacionadas com o papel de um intelectual do oitocentos. Afinal, não é possível deixar de reconhecer sua importância no sistema literário da época, a ponto de Ida Alves, ao analisar a correspondência dele com Camilo Castelo Branco (1825-1890), afirmar que António Feliciano de Castilho “é um entusiasta, atento ao seu tempo, às novidades, ao que se publica, ao que se encena. Ávido de

<sup>1</sup>Mestre em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor adjunto de Literatura Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). RJ, RJ, Brasil. E-mail: eduardodacruz@gmail.com

notícias, conversador, a correspondência [...] comprova sua ânsia de comunicar e participar da vida sociocultural circundante” (ALVES, 2006, p. 185).

É justamente por concordarmos não apenas que Castilho é um ávido participante da vida sociocultural portuguesa, como mostraremos neste artigo, mas também por acreditarmos que ele procura ocupar um lugar de destaque nesse meio articulando-o conforme seus interesses, que nos propomos a discutir um de seus projetos. Destacamos aqui a publicação de sua tradução d’*Os Fastos*, de Ovídio, feita a expensas da Academia de Ciências de Lisboa em 1862.

Uma análise ampla da produção desse livro apresentaria uma visão extensa do sistema literário luso-brasileiro no período. Pelo peso que a opinião de Castilho tinha sobre outros literatos, por ter sido alçado ao posto de mestre por vários escritores mais novos e mesmo contemporâneos, sua predileção por Ovídio (além d’*Os Fastos*, ele também traduziu *As Memórias* (1841), *Os Amores* (1858) e *Arte de amar* (1862)) levanta questões sobre o valor da tradução dos clássicos em meados do século XIX<sup>2</sup>. *Os Fastos*, publicado em três grandes tomos com mais de seiscentas páginas cada, não foi uma edição barata. Seria importante pesquisar como Castilho conseguiu que a Academia de Ciências de Lisboa autorizasse e financiasse essa obra e também como se realizou a extensa divulgação prévia e posterior de sua tradução em inúmeros periódicos. Neste artigo, abordaremos um viés da história desse livro: a composição das notas.

As traduções d’*Os Amores* e da *Arte de amar* foram publicadas no Rio de Janeiro com extensos comentários de seu irmão José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha<sup>3</sup>. No caso d’*Os Fastos*, esse trabalho ficou a cargo de um conjunto de 106 literatos, intelectuais e políticos portugueses. Procuraremos, a partir da análise dos paratextos e epitextos dessa obra, revelar um pouco desse processo composicional, pois, como defende Ana Cristina Comandulli sobre a produção castilhiana,

o entorno de sua obra é, sem dúvida, um espaço significativo para recuperar a dimensão pragmática do seu trabalho, a ação direta sobre o leitor. Dá-nos também uma importante dimensão do homem de letras que foi Castilho em sua insistente lida por promover as letras, suas e de outros, num país com largos índices de iletramento (2014, p. 169).

<sup>2</sup> Sobre a relação de Castilho com Ovídio, conferir, entre outros: Toipa (2005) e Nobre (2015).

<sup>3</sup> Sobre a recepção dessa poesia por José Feliciano de Castilho, conferir Vieira (2009).

Para a melhor compreensão das estratégias de seleção dos anotadores para sua tradução, recorreremos não apenas ao texto impresso, mas a um vasto acervo de cartas de Castilho com diversas personalidades sobre a composição d’*Os Fastos* que consideramos epitextos desse livro. Primeiramente, porque a correspondência de um autor, segundo Genette, é uma forma de testemunha da história de cada uma de suas obras, de sua gênese, de sua publicação, de sua recepção pelo público e pela crítica, e da opinião do autor sobre cada uma das etapas desta história. Além disso, ainda de acordo com Gérard Genette, “*est épitexte tout élément paratextuel qui ne se trouve pas matériellement annexé au texte dans le même volume, mais qui circule en quelque sorte à l’air libre, dans un espace physique et social virtuellement illimité*”<sup>4</sup> (1987, p. 346).

A leitura e a análise das cartas de diversos escritores e outros participantes da vida cultural portuguesa do século XIX lançará luz sobre alguns aspectos da vida social e do sistema literário do período. Assim, esperamos suscitar leituras e pesquisas sobre um conjunto de autores esquecidos pela história literária. Optamos, assim, por valorizar fontes primárias, as cartas, como escrita de uma história cultural, documentos do cotidiano que possibilitam perceber o papel desses veículos como agentes que intervinham na sociedade e recompor os discursos sobre questões culturais do momento de sua produção, tendo em mente o que explica Chartier:

a tarefa primeira do historiador, como do etnólogo, é, portanto, reencontrar essas representações antigas, na sua irredutível especificidade, isto é, sem as envolver em categorias anacrônicas nem as medir pelos padrões da utensilagem mental do século XX, entendida implicitamente como o resultado necessário de um progresso contínuo (2002, p. 37).

Levamos em conta essa lição e procuramos perceber as ações de Castilho dentro do contexto socio-histórico em que estava inserido, com suas possibilidades e contradições. No caso das correspondências a que nos referimos, consideramo-las um conjunto de epitextos confidenciais, segundo nossa compreensão do sistema de produção editorial oitocentista, por tratarem justamente do projeto de composição e divulgação da obra a um grupo restrito de intelectuais. Contudo, percebemos que essas missivas se dividem em pelo menos dois níveis. Enquanto Genette divide em dois grandes grupos: o epitexto – **confidencial**, aquele no qual o autor tem por destinatário um (raramente vários) confidente; e **íntimo**, no qual o autor se

<sup>4</sup> É epitexto qualquer elemento paratextual que não está fisicamente anexado ao texto no mesmo volume, mas que circula de alguma forma ao ar livre, em um espaço físico e social praticamente ilimitado. Tradução nossa.

dirige a si mesmo –, o que nos levaria a incluir todas as cartas compostas por António Feliciano de Castilho no primeiro modelo, vemo-nos obrigados a distinguir esses escritos. Enquanto a troca de correspondência com diversos literatos, apresentando a proposta de publicação de sua tradução e convidando para colaborar com notas segue basicamente o mesmo modelo, mais ou menos formal, de acordo com o grau de amizade e de proximidade e também com o gênero do destinatário, as cartas trocadas entre os irmãos António e José aproximam-se do que Genette considera epíteto íntimo, quase diarístico ou memorialístico. Além da intimidade maior entre os dois, pelos laços de sangue, é importante lembrar que Castilho António e Castilho José foram parceiros em vários trabalhos, inclusive assinando juntos algumas obras, e costumavam auxiliarem-se mutuamente em traduções e revisões. Especificamente sobre *Os Fastos*, o projeto de anotação envolvendo uma série de escritores, sua seleção e convites, foi elaborado em conjunto pelos dois irmãos, apesar de separados pelo Atlântico, como revelam as cartas entre os dois.

O prólogo no primeiro volume revela alguns dos motivos que levaram Castilho a procurar anotadores para seu livro. Conforme ele explica, há um problema quando se traduz um texto clássico: os leitores da tradução são de outra época e de outra cultura, o que dificultaria a compreensão.

Compôs Ovídio o seu poema quando as coisas de que ele havia de ser cheio eram vivas, eram presentes, eram familiares aos leitores a quem o destinava, e em cuja língua, que era a sua própria, ele o escrevia. O tradutor laborava aqui uma extraordinária desvantagem, que tornava desigualíssimo o duelo; (toda a tradução é um verdadeiro duelo) (CASTILHO, 1862, p. XLVII)<sup>5</sup>.

As alternativas que Castilho encontrava para vencer esse duelo eram parafrasear o texto, aproximando-o dos leitores modernos, o que descaracterizaria o original, ou incluir notas explicativas, facilitando a recepção do clássico. Ele resolveu completar o texto com comentários, para melhor entendimento dos leitores. Pois, para o tradutor, além de elucidarem o poema, despertariam o gosto do antigo, “e o antigo (poucos o duvidarão hoje) é um fermento excelente que a literatura moderna já não despreza, nem desagrada, nem verdadeiramente dispensaria” (CASTILHO, 1862, p. XLVIII). Resolveu então

convidar para a empresa a quantos homens de ciência e letras se conheçam hoje em dia entre os nossos conterrâneos; distribuir-lhes os assuntos segundo os seus particulares estudos e tendências, quando estas fossem conhecidas, e deixar a cada um quanta margem lhe aprouvesse para se desenvolver com

<sup>5</sup> Optamos por atualizar a ortografia para aproximar o leitor dos autores aqui abordados.

toda a liberdade de opiniões, de filosofia e até de política; assinando eles, cada um responderia pelo que era seu (CASTILHO, 1862, p. XLVIII).

A ideia de convidar terceiros para escreverem as notas não partiu de António Feliciano, mas de seu irmão no Rio de Janeiro, que reclama, em carta de 10 de julho de 1859, da demora na finalização d'*Os Fastos* para publicação. A leitura da correspondência entre os dois Castilhos revela não apenas a intimidade entre os irmãos, mas as relações profissionais entre os dois, que discutiam os projetos mútuos e individuais. Algumas dessas missivas espalhavam-se por diversas folhas. Para que o diálogo fosse possível sem confusões, as cartas eram muitas vezes divididas em tópicos. Nesta carta de José Feliciano, sob o título “Fastos”, lê-se:

Afigura-se-me que isso, na Academia, há de levar um ano, e com a tua emenda permanente ficarás estragando todo esse tempo. Desaprovo que as Notas sejam tuas; algumas, intercaladas, sim, especialmente as que se referirem ao teu eu literário e poético, ou quanto houvesses de revelar-nos algum segredo do original ou da versão, era dar-nos alguns preceitos, para que seja precisa tua autorizada voz. Mas por fora disso, não. Essa natureza de trabalho é 10 vezes mais longa e incômoda para um cego; e esta tarefa inglória de comentador não está na tua altura; fazer de corpo, vá, mas de sombra, não é para ti. Quisera pois que entregasses essa parte a qualquer Leite ou Vinagre. Melhor emprego há para o teu tempo. Oh ladrão! Tomara-te eu aqui, dando-me tu um voto de confiança, para o uso da tua inteligência. (PT/TT/JCS/Cx63N2N100).

É curioso José Feliciano desdenhar do trabalho de comentador da tradução, tendo sido ele o autor de comentários às traduções do irmão. Pelo menos, sua experiência no assunto o fez crer que não era trabalho para António Feliciano. Cego desde os seis anos, dependendo de secretários para suas atividades literárias e, com o hábito de rever e emendar constantemente suas obras, António não terminaria a obra com brevidade.

Essa carta e outras, que utilizamos como base para nossa análise, encontram-se no fundo Júlio de Castilho, filho de António Feliciano, na Torre do Tombo, em Lisboa. O segundo visconde de Castilho destinou ao arquivo nacional português grande parte de seu espólio e do que ele mantinha de seu pai. Além das cartas recebidas por Castilho, há também cópias da correspondência que ele enviava, pois o poeta acreditava que seria necessário arquivar esse material por se considerar um escritor importante. Assim, é possível perceber o imenso trabalho que o tradutor de Ovídio teve para arregimentar os comentadores para seu livro, como ele comenta no prólogo:

A cento e seis chegaram os benévolos e cortesões que vieram ao convite.

[...]

Passariam largamente de duzentos os anotadores (por crédito das nossas letras declaro) se alguns dos rogados, apertados, obsecrados, com primeiras, segundas, terceiras e décimas instâncias, não houvessem a tudo resistido. Sem escarecimento o posso dizer: em volumes iguais aos três desta obra, mal se poderiam encerrar as cartas que baldei nestas diligências; obtendo de uns promessas que nunca se chegaram a realizar, e não merecendo a outros nem sequer o favor de uma resposta. Fizeram o que entenderam; eu fiz o que devia. Julguei indispensável esta explicação para que se não cuidasse que eu tinha feito exceções vilãs e mal cabidas (CASTILHO, 1862, p.XLIX).

Realmente é substancial a quantidade de cartas trocadas entre António Feliciano de Castilho e inúmeros literatos, intelectuais e políticos portugueses, sobretudo ao longo do segundo semestre de 1859, explicando o projeto da anotação e solicitando colaborações. A correspondência com o irmão elucida o desenvolvimento da seleção e distribuição das notas. Uma carta de José Feliciano a Castilho, de 8 de outubro de 1859, sob o item “Fastos”, explica que ainda seriam necessários ajustes à proposta:

Fizeste muito bem em pôr todo esse povo em contribuição; todavia o sistema que me expões, isso não dispensa um comentador central, que vá seguindo (independente dessas memórias parciais) verso por verso.

Meu rico senhor, não conte comigo para o seu piquenique; mais facilmente houvera aceitado o encargo de fazer a totalidade das anotações, do que o de tratar de assunto destacado, num concurso de estilos e de estudos; conheço a minha mediocridade, e não me meto em camisas de 11 varas; para trabalhos assim, ótimo ou nada; opto pelo nada. Palpito porem que não acharás grade coadjuvação, e te há de ver forçado a recorrer à prata caseira (PT/TT/JCS/Cx66M1N52).

Os convites eram feitos aos poucos. Em 12 de outubro do mesmo ano, António Feliciano envia ao irmão a primeira listagem de convidados, que já somavam 160 nomes. Destaca que convidara o rei D. Pedro V, através de seu secretário. E indica que não somou ainda na conta os da família, e explicitava, ele próprio, o seu filho Júlio e o irmão José Feliciano, a quem pede que convide portugueses do Rio de Janeiro para participar. E comenta: “A nossa literatura vai fazer aqui uma figura bonitinha, não te parece?” (PT/TT/JCS/Cx66M1N74). Isso demonstra a ampla rede de sociabilidade que António Feliciano de Castilho era capaz de articular por todo o Portugal e entre a colônia portuguesa no Rio, a partir de seu irmão. É, conforme Castilho expõe no prólogo, um “brilhante congresso, que assinalaria de alguma sorte uma epocazinha na história literária de Portugal” (1862, p. XLVIII).

Destacamos desse encontro de intelectuais a presença feminina. Já apontamos em outros trabalhos o interesse de Antônio Feliciano de Castilho por uma participação mais ativa das mulheres no campo literário, seja em livros ou na imprensa periódica, ou mesmo apresentando-as em saraus literários. Ana Cristina Comandulli, em sua tese, afirma, ao analisar a correspondência desse escritor com um conjunto de autoras portuguesas, que ele “incentivou a participação das mulheres e por elas foi incentivado a insistir na senda poética” (2014, p. 169). Esse poeta, ao longo de sua vida, agiu espontaneamente para abrir espaço para que escritoras fossem acolhidas, sobretudo nos periódicos que redigiu. O mesmo também se percebe em trabalhos de seus irmãos, como a revista *Íris* (1848-1849), do Rio de Janeiro, de José Feliciano de Castilho, que publicava textos de autoras portuguesas, ou mesmo o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1850-1931), criado por outro irmão Castilho. Sobre esse último, Vania Chaves e Isabel Lousada indicam que: “caracterizado por um espírito aberto e liberal em relação à mulher, Alexandre Magno de Castilho conseguiu harmonizar, no *Almanaque*, aspectos que muitos dos seus contemporâneos não souberam conciliar” (2014, p. 13-14). Ana Maria Costa Lopes, ao analisar as imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos reconhece que são “bem-vindas as apreciações positivas provindas dos intelectuais masculinos que ou publicitam ou encomiam, em letra de forma, a obra de uma mulher ou a sua intervenção pública”, pois, assim, “saem elas mais eficazmente da invisibilidade a que estavam tradicionalmente votadas” (LOPES, 2005, p. 256). Isso nos mostra como eram significativos os apoios como o de Antônio Feliciano de Castilho e de seus irmãos para que as mulheres escritoras saíssem da obscuridade a que eram submetidas.

No catálogo dos anotadores, com breve biobibliografia de cada um, que acompanha o primeiro volume de *Os Fastos*, estão incluídas sete escritoras, responsáveis por 22 notas. São elas: Antônia Gertrudes Pusich (1805-1883); Henriqueta de Almeida, condessa de Oyenhause (1789-1860); Maria do Carmo de Castro<sup>6</sup>; Maria José da Silva Canuto (1812-1890); Maria do Patrocínio de Sousa (?-1866); Maria Peregrina de Sousa (1809-1886); e Matilde Isabel de Santana Vasconcelos (1805-1888). No entanto, o espólio de Castilho na Torre do Tombo revela que esse número poderia ser maior, que houve forte insistência de sua parte para a presença de notas de algumas escritoras e que chegou a incluir uma delas apesar

<sup>6</sup> Pouco se sabe sobre esta escritora. As informações biográficas que acompanham a publicação apenas indicam que ela “tem por publicar vários versos” (CASTILHO, 1862, p. CXXIV) e que é de Lisboa. Possui (quem possui?), no *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, três colaborações nos volumes para os anos de 1861, 1892, 1894 (CHAVES; LOUSADA & ABREU, 2014, p. 159).

das sucessivas recusas a participar. Apesar de desproporcional a relação entre mulheres e homens convidados a colaborar, é preciso levar em consideração o contexto social da época. Inclusive, a escuridão sobre os nomes dessas escritoras, na historiografia literária, não é indicativo de sua inexistência, mas de uma ação proposital de exclusão que precisa ser revista a partir de investigações em fontes primárias. É isso que aponta Vanda Anastácio, ao discutir o que é uma autora na sociedade portuguesa anterior a 1822, e a data é fruto da preocupação em focalizar apenas o caso lusitano, por perceber que a pequena presença de textos impressos de autoria feminina é mais indicativo da dificuldade enfrentada pelas mulheres para publicar suas obras do que da baixa aceitação de seus escritos por outros escritores, fato necessário para que sejam consideradas autoras. Por isso,

para estudar as autoras de língua portuguesa que viveram e escreveram antes de 1822 (tal como para estudar a História da presença das Mulheres no campo intelectual) é fundamental olhar para os bastidores e tentar ver aquilo que o discurso oficial escondeu. Fontes como a correspondência, os diários, as memórias e até os processos inquisitoriais ou os arquivos das instâncias encarregadas de vigiar a circulação dos objectos impressos no espaço imperial são especialmente ricos em informação. Ao contrário do que possa parecer, o mais difícil é encontrá-las nos manuais de história literária (ANASTÁCIO, 2011, p. 220).

Realçaremos, portanto, alguns momentos dessa correspondência de finais de 1859, quando as ações em busca de anotadores eram mais ativas, para demonstrar não apenas como um autor de destaque valorizava a intelectualidade feminina em geral, agora as incluindo no que ele considerava um monumento português (CASTILHO, 1862, p. XLVIII), mas como algumas eram mais importantes para figurar nesse “brilhante congresso”.

Na listagem inicial enviada a José Feliciano de Castilho a que nos referimos, três escritoras já haviam sido convidadas: Maria Peregrina de Sousa, Maria José da Silva Canuto e Maria Rita Colaço Chiappe. Na mesma carta, António Feliciano indica que ainda iria convidar Antónia Gertrudes Pusich, a condessa de Oyenhausen e Emília esposa “do Alexandrinho, o seu” (PT/TT/JCS/Cx66M1N74).

Essa seleção inicial possibilita perceber melhor a constelação de escritoras que circulavam ao redor de Castilho. Algumas tiveram uma carreira mais próxima do poeta. Canuto, Peregrina e Pusich já haviam colaborado com a *Revista Universal Lisbonense* quando ele era o redator desse periódico. Além disso, Canuto e Pusich, mas principalmente a primeira por ser mestra régia desde 1847, foram importantes aliadas na campanha pela divulgação e pela defesa de seu *Método de leitura repentina*. Maria Peregrina teve sua biografia publicada

por Castilho na *Revista Contemporânea* e apoio para publicar seus romances. Pusich assinou com o próprio nome a redação de periódicos, incentivada por António Feliciano. Maria Canuto publicou sua tradução em prosa do *Jocelyn* de Lamartine com prefácio do tradutor de Ovídio, elogiando seu trabalho. Essas ações levaram essas escritoras a também apoiarem Castilho em seus projetos, como assume Pusich em uma carta a Alexandre Magno, de 16 de setembro de 1853, parte do espólio referente à publicação das Memórias de Castilho no *Instituto de Coimbra*, hoje sob guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra:

Aonde aparecer o Astro – Castilho – não poderá o meu nome deixar de aparecer como satélite. Se Deus se dignou conferir-me alguma tênue porção de luz, grande gênio que a descobriu e patenteou foi – Castilho – e eu não tenho sido ingrata, não tenho desmentido a confiança que ele em mim depositou. Sempre que eu entenda poder mostrar que sei merecer a sua estima, há-de encontrar-me como decidida amiga (PT/BGUC/IC/Subfundo Manuscritos das Memórias de Castilho/E2/P1/Cx5).

Essa metáfora cosmológica criada por Pusich explica bem essa rede entre as escritoras e Castilho. Todas elas são astros com movimentos próprios, mas que ganham força pela luz incentivadora dele. A correspondência com Peregrina, Canuto e Pusich por conta de *Os Fastos* revela a relação de mútuo apoio entre o poeta e essas senhoras.

Esta, como já apontado, não estava na lista inicial, mas foi logo incluída. A demora deve ter sido por conta do próprio excesso de atividade da escritora. Em 25 de julho de 1859, Antónia Gertrudes Pusich se correspondia com Castilho justamente reclamando das dificuldades de ser escritora em Portugal:

Com o mais completo regozijo recebi a prezadíssima carta de V. Ex.<sup>a</sup> e as constantes provas da sua amizade e benevolência para comigo, esse ardente desejo que o anima em favor da ilustração do nosso país, como por encanto se me transmite aquecendo-me o sangue que parece quase gelado nas veias (pela desavença... e) a imaginação, que V. Ex.<sup>a</sup> quer por força que seja poética – e a sua vontade tão forte – e tão firme, que alcança prodígios!... de sorte que tenho outra vez desejo de escrever – mas no retiro – na solidão! O país que lho agradeça, porque eu não sei se devo fazer por me animar a escrever, onde as mulheres não têm senão cruz e coroas espinhosas: os homens por mais que lidem, sofram, lá vem um dia que lhes paga as fadigas, com a glória e os proventos como felizmente a V. Ex.<sup>a</sup> acontece; e eu muito estimo ver, que no século 19 sabem levar as coroas a quem as merece, e não tem Castilho a sorte de Camões (PT/TT/JCS/Cx63 M2 N145).

O convite para colaborar com notas não deve ter sido feito, então, por essa ideia só ter sido levantada após a missiva do irmão José Feliciano, do mesmo mês. De qualquer forma, Castilho a incentivava a escrever, mesmo que ela estivesse, naquele momento, habitando um pouco distante do centro de Lisboa, na Luz. Inclusive, na mesma carta, Pusich pede ajuda na

revisão de uma elegia à rainha D. Estefânia, que ela gostaria de publicar. Ela volta a solicitar ajuda numa missiva de 30 de julho:

Agora eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne ouvir esses lamentos, e com a fraternal sinceridade que lhe mereço, dizer-me se os posso mandar imprimir, e notar-lhe os defeitos maiores, a ver se os posso corrigir para que não faça eu como com a poesia à Infanta D. Maria Ana que nunca publiquei, nem sequer tive ainda paciência de copiar para o Senhor D. Fernando.

Longe de V. Ex. arrefece-me ou antes apaga-se este fogo poético, e vendo como estes governantes tratam as letras, tenho até remorsos de trabalhar, e se não fossem os contínuos conselhos de V. Ex. creio que eu já não era mais do que uma boa lavradora. Não me bastam os dias de vida que eu possa ter, inda que fossem muitos para escrever e arranjar tudo quanto desejo; porém vamos ao que mais importa (PT/TT/JCS/Cx63 M2 N161).

E Pusich segue explicando seu projeto de reunir em um livro todos os seus escritos sobre educação e mais alguns poemas para formar um compêndio destinado ao público feminino, sobre o qual pede a opinião de Castilho. Em seguida, na mesma carta, apresenta as dificuldades de ter que viver das letras em Portugal: “eu desempenharia melhor se pudesse sempre escrever de opção, ou se o governo pagasse a impressão, e estimasse mais aqueles que encanecem nas lides mais gloriosas do campo da inteligência” (PT/TT/JCS/Cx63 M2 N161). Assim, percebe-se que, apesar de ser mulher, Antónia Pusich procurava diferentes meios de conseguir publicar alguma coisa, de receber por isso, de viver da própria pena. A adversidade a levava à vida campesina, que a entristecia e a afastava das lides poéticas. Talvez por perceber que a amiga estava já envolvida em diversos trabalhos, Castilho tenha demorado mais a convidá-la para *Os Fastos*, o que só vai ocorrer em 29 de dezembro. O amigo tradutor argumenta que é justamente o remanso campestre que vai favorecer a escrita de Pusich, associando-a ao próprio Ovídio por tanto ela quanto o poeta romano estarem fora da capital e em idade avançada. Como ele não a considera uma mulher como as outras, sugere que ela faça as notas em versos:

No seu remanso campestre, e na Luz, não deve faltar a V. Ex. nem inspiração, nem apetite de poetar, nem modo de o satisfazer; escreva-me portanto V. E. uma nota, como todos os literatos e literatas de Portugal as estão escrevendo, para a minha tradução dos Fastos de Ovídio; faça-a, assine-a, e mande-a antes do fim de janeiro.

Quero poupar a V. E. o trabalho de procurar assunto; seja assunto para o incluso trecho, princípio do livro 4.º do poema, livro consagrado às festas pagãs do mês de abril.

Ovídio escreve fora de Roma, desterrado em terra fria e bárbara; fora também da mocidade, entrado já pelas neves e desconsolos da velhice; com que saudades lhe não haviam dar rebate na memória os tempos em que ele

havia sido: nas *Heroídes*, o secretário das heroínas em amor; na *Arte de amar* o mestre; nos *Amores* o exemplo dos namorados.

Tudo isso era então passado; como não havia de assomar-lhe triste cada Abril!

V. E. que é tão poetisa, e que pelo seu estado pode falar destas coisas do coração, tão magistralmente como das do espírito, tem de certo com que fazer aqui um bom comentário, que até pode ajardinar com versos, se lhe parecer.

Enfim, faça V. Ex. o que quiser, com tanto que o faça, e com toda a instância o repito, envia-mo antes que o janeiro se passe, para chegar a tempo.

A uma mulher vulgar, comida de prejuízos, e dominada de preocupações frívolas, não ousaria eu fazer uma encomenda deste gênero, a V. E. dirijo-a com toda a afoiteza (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N301).

Outra escritora que estava sobrecarregada de trabalho era Maria José da Silva Canuto. Mestreira régia por concurso público, desde 1847, ministrava aulas para meninas em sua residência durante o dia. À noite, oferecia aulas gratuitas para jovens e adultos no Grêmio Popular. Cursava aulas sobre o sistema métrico, que o país estava implantando, e ela teria que ensinar. Ainda trabalhava, em fins de 1859, em sua tradução do *Jocelyn*, que ela estava publicando em folhetins no jornal *A Federação*. Por viver sozinha e trabalhar até tarde da noite, era mal vista pelas vizinhas, que a acusavam de fazer bruxarias. Mesmo assim, em carta sua para Castilho em 3 de outubro, já está comprometida em escrever suas notas sobre as Lemúrias:

São 10 horas e 3/4 da noite; chego agora mesmo do Grêmio Popular: se a preleção se acabasse às 9, como há poucos dias se estabeleceu, mandaria logo a casa de V. Ex.<sup>a</sup>. Já se sabe que aonde eu apareço, é certo o reboleio.

[...]

Esta minha carreira é penosa, fatigante, e ingrata ao último ponto! Entretanto lancei-me nela; se daqui resulta alguma utilidade, não é de certo para mim. Nada convém tanto a uma pessoa do meu sexo como a obscuridade. Quantas vezes tenho meditado sobre a situação de algumas senhoras, portentos de saber e de espírito, mas rodeadas de homenagens, por que esse talento não se revela: ao passo que eu, ostentando esta pouca porção de inteligência não encontro senão inimigos, e inimigos, cuja falange toma hoje dimensões gigantescas!

Nem pude ainda ver as Lemúrias; não tenho *Jocelyn* para a Imprensa. [...]

Não sabe V. Ex.<sup>a</sup> agora em que eu me ocupo até altas horas da noite? Em fazer bruxarias!... Testemunhas, as minhas vizinhas de cima, beatas, constantemente pregadas na igreja, com dois e três rosários pendentes, e não sei quantos livros de orações! Faltava-me isto... ver-me a contar com todas as consequências da malvez conventual feminina! o que é certo é que ontem, domingo, em todo o dia não levantei cabeça, e ardi em febre, por causa das informações que mui de propósito colhi! Não me basta o pouco tempo que tenho para os meus trabalhos literários, senão que me cerceiam ainda em cima estes espíritos de Belzebu! (PT/TT/JCS/Cx66 M1 N20).

Maria Canuto sabia bem que, naquela sociedade, não cabia a uma mulher uma atuação pública como a dela. Apesar de todo o incentivo de Castilho e das lutas individuais de diversas escritoras, ainda se cobrava das mulheres modéstia, reclusão e vida doméstica. Esse perfil não era seguido por Canuto, que publicava na imprensa periódica, desde 1835, inclusive diversos textos políticos, que trabalhava para se sustentar e que ministrava aulas públicas, expondo-se às críticas. Ela continuava trabalhando, e adiando a escrita de sua nota sobre as Lemúrias. Em 14 de outubro, Canuto escreve a Castilho:

É mui provável que V. Ex.<sup>a</sup>, por mais de um motivo, esteja mal comigo: e não sei eu a qual desses motivos darei a preferência:

Inda não mandei as Lemúrias! [...]

Quanto às Lemúrias... nem mais pude olhar para elas! Chego de fora, todas as noites, exausta de forças; entrego-me à cama. No meu lugar, poucas pessoas teriam a coragem de não abandonar um só ponto das suas obrigações restritas: a saúde parece que se divorciou comigo, conquanto eu forceje por não a substituir pelo cortejo dos mata-gentes.

[...]Cessei de escrever para ir à lição do sistema métrico [...]

Tenho aí tanto trabalho ao pé de mim, que me faz esmorecer: verei se domingo, dou um impulso às lemúrias. O Jocelyn dorme; e o distribuidor da Federação quer versos para o pão por Deus! (PT/TT/JCS/Cx66 M1 N81).

Castilho insistia por sua nota em carta à Canuto de 20 de outubro 1859: “Como vão as lemúrias? como vão os últimos versos do Jocelyn? Estou numa verdadeira impaciência por ver já todas essas deliciosas e adoráveis coisas, que ninguém no mundo apreciaria mais do que eu, que me prezo de ser tão deveras” (PT/TT/JCS/Cx66 M1 N113). Essas duas produções de Maria Canuto tornaram-se presença constante na correspondência entre os dois nos últimos meses de 1859. Como viviam próximos, ambos em Lisboa, e eram amigos, há cartas quase que diárias nesse período, a ponto de muitas vezes as formalidades serem olvidadas e os assuntos surgirem com humor. Logo no dia 22 de outubro, responde Canuto: “As Lemúrias? Estão caladas. / O Jocelyn? Caminhou uns três passinhos, e sentou-se esfalfado, o pobre cenobita!” (PT/TT/JCS/Cx66 M1 N121).

Nota-se, pelo conjunto das cartas sobre as notas, que o colaborador a quem Castilho teve que insistir mais vezes para conseguir sua colaboração, sem desistir jamais, foi Maria Canuto. Em carta de 24 de novembro, ele lembra Canuto de sua promessa, “certíssimo de que não é capaz de faltar a ela” (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N108), e informa que não a tem importunado, mas acredita que o *Jocelyn* deve estar terminado e que o Ovídio aguarda o prometido. A obstinação de Castilho em obter a colaboração de Canuto vai além da amizade, há claro reconhecimento intelectual. Na epístola de 28 de novembro, ele afirma que continua

aguardando a nota para o Ovídio e acredita que a professora esteja terminando o *Jocelyn*: “O prometer em vão deixemo-lo para esse bando de literatos bravios, mais filhos do Pégaso que das Musas” (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N129). E, em 7 de dezembro, ainda se mostra ansioso pelo fim das tarefas literárias da mestra régia: “Não pergunto a V. E. pela das Lemúrias, visto achar-se dependente do seu suspirado acabamento do *Jocelyn*; mas quando é que o *Jocelyn* há-de acabar? Tomara-o já”(PT/TT/JCS/Cx66 M2 N178). A incansável Maria Canuto enviou, por fim, sua nota, conseguiu terminar sua tradução e, ainda em dezembro de 1859, remetia outros versos para que Castilho revisasse antes que ela os publicasse na imprensa, não aceitando que as dificuldades a impedissem de prosseguir.

A última dessa tríade que acompanha Castilho desde a *Revista Universal Lisbonense*, Maria Peregrina de Sousa, vivia nos arredores do Porto e é autora de dezesseis notas, enquanto todas as outras anotadoras e quase todos os anotadores ficaram responsáveis por apenas uma. A quantidade elevada de anotações deve-se à relação de colaboração mútua e ao próprio modo de composição dos volumes. António Feliciano de Castilho remetia para a amiga no norte do país as folhas à medida que iam sendo impressas, para revisão e comentários, como se vê em algumas cartas de Peregrina para Castilho. Por exemplo, em 10 de novembro de 1859, ela escreve:

Tenho mais em meu poder duas folhas dos Fastos de Ovídio: os n.<sup>os</sup> 7 e 8. Fiz uma nota que decerto não vale dois caracóis; mas, como tenho em V. Ex.<sup>a</sup> uma confiança ilimitada, remeto-a, por que V. Ex.<sup>a</sup> a inutilize se quiser. Não tenho achado mais nada nas superstições ou usanças velhas que possa aplicar ao que vou lendo (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N63).

António Feliciano de Castilho decerto aproveitava o conhecimento etnográfico de Maria Peregrina sobre os costumes tradicionais do Minho, no norte de Portugal, para que ela fizesse relações entre os usos romanos e os portugueses, aproximando um pouco o texto clássico do viver de seu país. Ao mesmo tempo, incluía em sua obra algo que já fizera sucesso na *Revista Universal Lisbonense*, os relatos de Peregrina sobre as superstições e tradições de sua região.

Pouco depois, no dia 22 do mesmo mês, a escritora portuense comenta outro trecho:

Mais três folhas 9 – 10 – e 11 dos Fastos de Ovídio me foram entregues. Os belíssimos versos de V. Ex.<sup>a</sup> nos têm encantado a mim e a minha Irmã. A última folha que recebi, e que acabamos de ler, pareceu-nos tão amena na descrição singela da hospedagem de Celeu, que não pude deixar de apontar esses versos [...]

Queira V. Ex.<sup>a</sup> perdoar estar eu a tomar-lhe o tempo com as minhas citações. Não tenho habilitações para falar dos versos de V. Ex.<sup>a</sup> e das suas belezas. Aqui é que cabe em o rifão – é ouvir e calar. –  
Remeto uma nota que há dias escrevi, e que estive para não remeter-lhe (sei que não servirá para nada), porém tanto podia eu inutilizá-la, como V. Ex.<sup>a</sup> (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N95).

Mais tarde, em carta de 30 de dezembro do mesmo ano, novo comentário e mais uma nota:

Recebi a folha 4.<sup>a</sup> do poema de V. Ex.<sup>a</sup> que lindos versos tem!... À página 51 fiz uma nota longa demais. O Sr. Seu Filho me havia dito que podia estender as minhas notas quanto quisesse. Assim o tenho feito ultimamente deixando a V. Ex.<sup>a</sup> o trabalho de podar-lhes as demasias mais insulas. Muito gostamos dos versos da tradução! V. Ex.<sup>a</sup> quer as minhas notas para que eles tenham sombras!... (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N304).

Maria Peregrina, pelo que se percebe da leitura das cartas, não emendava os versos do amigo, no entanto, a leitura parcial do texto ovidiano suscitava nela o desejo de escrever. Como uma das primeiras leitoras do livro, antes ainda do lançamento e mesmo da encadernação, não havia um pedido para notas sobre uma passagem específica, de modo que ela se sentia livre para comentar o que quisesse. Sua irmã, Maria do Patrocínio de Sousa, com quem Peregrina vivia, autora de alguns poemas espalhados pela imprensa periódica, também aproveitou a oportunidade e escreveu uma das notas. O último trecho revela que o sistema de remessas de folhas entre Lisboa e o Porto era intenso, envolvendo, inclusive, o filho de Castilho, que na altura deveria servir também de secretário do pai.

No caso de outra escritora do Porto, a poetisa Maria da Felicidade do Couto Browne (1797-1861), não foi assim. Reconhecida pelo salão literário de sua casa e pelo conjunto de poesias publicado sob o título de *A coruja trovadora* ou *Virações da madrugada*, dependendo da edição, Maria Browne, nas palavras de Jacinto do Prado Coelho, “superou a vulgaridade que nivelava os poetas da época, atingindo expressão pessoal, umas vezes de requintada beleza, outras duma força que sacode o leitor” (1965, p. 43). O início da carta-convite, de 15 de dezembro de 1859, apresenta a proposta e lembra o momento em que se conheceram pessoalmente, por iniciativa do próprio Castilho:

A esta obra duplica-se ou multiplica-se incomensuravelmente o valor por um sem conta de notas de que se acompanha, cada uma das quais é feita e assinada por um dos nossos mais conhecidos escritores, tanto de um como de outro sexo.

Tenho tido a fortuna de nenhum nem um nem uma sequer até hoje se me recusasse; o que ainda mais me obriga a contar com o favor de V. E., para o

qual já aliás me dava esperanças a muita bondade, que eu em V. E. encontrei, quando nessa cidade tive a honra de a procurar (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N212).

Pelo reconhecimento público da qualidade literária de Maria Browne, ela não poderia ficar fora da seleção de António F. de Castilho, que indica logo um trecho e um tema para ser comentado. Para isso, além dos versos remetidos, o tradutor comenta a apresentação de Ristori como Medeia, de Legouv  , que ele acreditava que a poetisa tinha assistido. O poeta defendia que a culpa de Medeia estaria ao menos atenuada pelo sofrimento da personagem, algo com o qual Browne concordaria, por ser “mãe ótima”. Castilho retoma, então, o fim da peça para suscitar um comentário de Maria Browne:

a última palavra da tragédia, aquele Tu, aquele monoss  labo imenso, cont  m, não a apologia, que a não pode haver, nem mesmo a justifica  o, mas decerto a defesa da ré, de quem Ovídio julgou loucura supor-se possível a absolvi  o; Ovídio, que, além de a haver cantado nas Metamorfoses, e escrito uma Epístola em nome dela a Jasão, a celebrou na cena romana nessa memorável tragédia que infelizmente não chegou    posteridade.

A Nota de V. E. pode conter a história de Medeia, a aprecia  o moral daquele monstro, e mesmo, se V. E. o julgar conveniente, alguma coisa pouco mais ou menos no sentido disso que aí deixo apenas apontado acerca da magnífica tragédia, e da incomparável trágica (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N212).

Em suma, Castilho praticamente elaborou toda a proposta da nota de Maria Browne. Ao final, o tradutor ainda tem a esperança de uma composi  o poética de Browne: “Se V. Ex quizer pôr em verso alguma parte da sua nota, tanto melhor; e escusa V. E. de se apressar; até ao fim de Janeiro chega a tempo” (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N212).

A resposta não tardou, pois Browne respondeu no dia 23 de dezembro de 1859. Todavia, não foi a esperada pelo tradutor. Apesar de curta e da mod  estia com a qual se esperava que as mulheres se expressassem, a carta revela a poeta que a assina e a dor que convenceu Castilho a não insistir:

Os meus cantos deram fim entre os túmulos do melhor dos maridos, e de mais queridos filhos. Hoje prostrada num leito de dor, não tenho senão lágrimas a oferecer. A mais sincera gratidão a V. Ex. por se lembrar desta nada, que jamais devia figurar ao p   de tanto nome Ilustre. Com a mais alta considera  o, e perfeita estima fico sendo

De V. Ex.<sup>a</sup>

Admiradora Muito grata

Porto 23

dezembro de 1859

Maria Felicidade Couto Browne (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N261).

Em meio à intensa troca de correspondência sobre as notas para *Os Fastos*, outras mulheres foram convidadas a colaborar. A forma variava conforme a intimidade com o poeta. Há casos extremos, como Emília de Castilho e a da futura Viscondessa das Nogueiras, mas os convites também chegaram à marquesa de Nisa, à marquesa de Abrantes e a sua cunhada. A sobrinha de Castilho, ou melhor, a esposa de seu sobrinho Alexandre, nora de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, recebeu uma carta mais informal, também com indicação do tema, do que comentar e de bibliografia:

Minha cara Emília. Procurei para a sua nota um objeto que se não houvesse de tomar muito tempo, e não aberrasse do seu gosto; pareceu-me que as Matrais, descritas por Ovídio no Livro 6º dos Fastos, satisfaziam a ambos os respeitos. Aí vão os livros, e em todos eles registrados os lugares donde podes colher alguma coisa; não se assustes com a multidão, repelem-se uns aos outros.

E como passa o seu pai, a sua mãe, e a sua filha, e o seu marido? (olha quatro razões para tu te encarregares das Matrais) Se te parecer fazer a nota em verso, quando não em prosa; se te agradar escreve-a longa, aliás curta; mas em todo o caso não deixes de a fazer.

Até um dia cedo – Teu tio muito amigo e obrigado – Lisboa 27 de dezembro de 1859 (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N284).

A intimidade, por outro lado, não foi capaz de proporcionar completa liberdade criativa à Emília de Castilho. Ela escreve a António Feliciano de Castilho solicitando mais indicações bibliográficas e citações para que ela pudesse escrever sua nota com o nível de erudição que ela imaginava que seria esperado pelo tio poeta, no dia 29 de dezembro de 1859:

Meu querido tio.

Desculpe-me se lhe venho roubar alguns instantes, e ainda mais, com um pedido. Escreveu-me o Alexandre que só havia em Coimbra (e isso mesmo não na biblioteca da Universidade, mas num livro) a Enciclopédia Moderna, em português. Acho pois isto muito pouca cousa para a nota, e pede-me que veja se lhe acudo dalgum modo. Lembrou-me que talvez o tio Antonio me quisesse confiar alguns trechos e mandar ao Alexandre. Faz-me este obséquio?

Quanto às Matrais, já comecei com elas. Não sei se faço mal em meter também ali a história d’Ino e de Leucoteia. Se o tio António não quer; diz-me, sim? (PT/TT/JCS/Cx66 M4 N296).

As dificuldades elencadas pela esposa de Alexandre de Castilho podem ter sido empecilho para que ela concluísse sua colaboração a tempo, pois seu nome não consta entre os anotadores. No caso de Maria Krus Pimentel de Brito do Rio, famosa pelo salão literário<sup>7</sup>

<sup>7</sup>Júlio de Castilho comenta, em seu *Lisboa Antiga*, as reuniões no palácio da Rua Formosa, no qual moravam Pedro de Meneses de Brito do Rio e sua esposa, Maria Krus: “A sr.<sup>a</sup> D. Maria Krus tinha ali o primeiro salão político e literário da Cidade. Ardia o fogo sagrado, e escutavam-se conversadores de primeira água: Garrett,

onde teria ocorrido a primeira apresentação de *Frei Luís de Sousa*, de Garrett<sup>8</sup>, a proposta do tema, apresentado em carta de 4 de novembro de 1859, parece mais feminino do que cativo das validades literárias da destinatária:

Ilustríssima e Excelentíssima Senhora. Não fica por aí escritor de mérito, nem dama de espírito e saber, que não escreva alguma nota para a minha tradução do formoso e monumental poema dos *Fastos* d'Ovídio. Como poderia V. Ex.<sup>a</sup> não ser convidada? ou sendo-o, resistir a vir tomar o seu brilhante assento neste congresso literário?

Certo da benévola aceitação de V. Ex.<sup>a</sup>, ofereço pois a Vossa Ex.<sup>a</sup> para assunto da sua Nota os seguintes versos do Livro 4.<sup>o</sup>, falando da Claudia Quinta.

Seu luxo no trajar, o esmero extremo  
dos penteados seus...

A nota, isto é, a fácil e graciosa conversação de V. Ex.<sup>a</sup>, interessar-nos-ia sumamente se versasse sobre esta parte importantíssima da beleza feminina – cabelo, e sobre os minuciosos cuidados que as gregas e romanas davam a esta mui artística parte da ciência do toucador, como o provam mil depoimentos e referências dos poetas e mesmo de prosadores.

Permito-me suscitar a V. Ex.<sup>a</sup> a que no *Burro Aureo* d'Apuleio, romance latino traduzido em francês por Nizard, e logo num dos primeiros livros dele há um entusiástico panegírico, um quase hino, aos cabelos das mulheres.

Mas é melhor que eu não cite coisa alguma a V. Ex.<sup>a</sup>; V. Ex.<sup>a</sup> fará o que lhe agrada; e o que lhe agrada, agrada por força a todos nós: um escritor não pode às vezes dispensar-se de ser erudito; Uma senhora supre tudo com a graça, ninguém tem mais direito do que ela, do que V. Ex.<sup>a</sup>, de se apropriar aquele belo verso

Ce n'est que l'air d'autrui qui peut déplaire en moi

Eu não peço unicamente o escrito, peço a possível brevidade na remessa dele, pois não é pequena a rapidez que vai levando a impressão da nossa obra.

Agora, minha Senhora, posso eu dizer – nossa – com toda a ufania.

Se pudesse vir até 15 do mês próximo seria um novo motivo para eu me assinar

De Vossa Excelência obrigadíssimo servo e admirador (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N31).

Apesar de valorizar Maria Krus, talvez mais como “dama de espírito e saber”, por sua “graça”, do que como escritora de mérito, atribui a ela um tema fútil e já espera que a nota não seja erudita, pois uma senhora poderia “dispensar” essa obrigação. Comparando essa carta com aquela na qual Castilho convida Pusich, em que ele não considerava “uma mulher vulgar, comida de prejuízos, e dominada de preocupações frívolas”, fica clara a distinção que

---

Rodrigo da Fonseca Magalhães, Tomás de Carvalho, Benalcanfor, Raimundo de Bulhão Pato, José Estêvão, Alexandre Magno de Castilho, engraçadíssimo homem de sala, seu irmão Antônio Feliciano, Fontes Pereira de Melo... e quantos mais!” (1956, p. 198).

<sup>8</sup>Sérgio Nazar David comenta, em nota à sua edição da correspondência familiar de Garrett, uma longa e estreita relação entre Maria Krus e esse escritor, desde que se conheceram, “provavelmente ao chegar da Bélgica (em 1836)” (GARRETT, 2012, p. 215).

o poeta faz entre as “damas” com as quais ele procurava se cercar. Percebe-se também que os elogios e as fórmulas cordiais de praxe não foram suficientes para conquistar a participação da senhora dos salões. Ao menos, Castilho evitou incluir a continuação do segundo verso de sua tradução, que recuperamos: “Seu luxo no trajar, o esmero extremo/ dos penteados seus, e a língua solta/ entre os graves anciãos a condenavam.” (1862, v.2 p. 139), ou poderia ferir as suscetibilidades daquela a quem pedia que evitasse a modéstia e desse voz a seus pensamentos. Chama a atenção também a urgência do prazo, até meados de dezembro, enquanto outras escritoras chegaram a ser convidadas ainda após essa data, como a própria Maria Browne acima referida. É possível inferir, portanto, que o convite à Krus deve ter sido feito mais por cortesia, por seu papel social, talvez já aguardando uma recusa, do que pelas qualidades intelectuais da mesma. Em todo o caso, Maria Pacheco Krus modestamente recusou em carta de 11 do mesmo mês:

O justo receio de me não achar apta para corresponder à lisonjeira apreciação com que V. E. quis abrigar-me, e a pena de ter de recusar a anuência a tão delicada lembrança, tem só ocasionado a minha hesitação e demora, não podendo nunca sem custo deixar de condescender com os desejos de quem me trata com tanta amizade e estima (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N66).

Podemos perceber que o tratamento dispensando à marquesa de Nisa é mais respeitoso de suas capacidades literárias. Primeiramente pelo o tema escolhido para comentário de Maria Constança Saldanha da Gama (1818-1895) necessitar um posicionamento crítico maior, pois requer o julgamento das ações de um personagem. Também, por não indicar o verso ou enviar a tradução, como o vimos fazer em outros casos, inferimos que Castilho soubesse (ou imaginasse) que a aristocrata possuía um exemplar de Ovídio em sua biblioteca. E, finalmente, por assinar-se “confrade em Apolo”, podemos supor que ou o remetente conhece composições poéticas da destinatária, ou ao menos é familiarizado com seu gosto pela poesia. Vejamos a carta de Castilho à marquesa de 8 de dezembro de 1859:

O geral e profundo respeito de que V. E. é credora, vedava-me escrever a V. E. pedindo-lhe um grande serviço; mas [...] a confraternidade poética, e essa, lisonjeio-a eu de que a temos nós, deu sempre, e em toda a parte, grandíssimos direitos.

Sem procurar pois empenhos recomendadores, nem introdutores junto a V. E., aqui está lisamente o meu requerimento.

Está-se imprimindo a minha tradução dos Fastos de Ovídio. Quantos homens, e quantas senhoras em Portugal existem de instrução e talento, de ciência e de engenho, todos e todas, a convite, a rogo, ou a instâncias minhas, se prestaram a escrever, para os comentários do poema, alguma

nota, longa ou curta, profunda ou ligeira, firmada com o seu nome. Nesta já mui brilhante reunião tem V. E. de se encontrar com muitas pessoas bem suas conhecidas, e não poucas da jerarquia, e até do sexo de V. E.. Para não as defraudarmos a elas de igual satisfação, confio em que V. E. não será menos generosa, e qualquer dia desses, se dignará de escrever também, assinar, e enviar-me a sua nota.

Ofereço a V. E., para assumpto dela, o juízo de Páris [...] V. E. julgá-lo-á a ele [...].

Querendo V. E. optar já o trecho do poema, a que a sua nota pode ser adaptada, acha-o logo nos primeiros versos do livro 6.º.

Para se não retardar a impressão, que progride com bastante rapidez, suplico a V. E. se digne de enviar-me o seu manuscrito até ao dia 15 de janeiro de 1860.

Tenho a honra de me assinar de V. E. – admirador, confrade em Apolo, e o mais reverente servo (PT/TT/JCS/Cx66 M4 N184).

A marquesa recusou o convite, Castilho insistiu. Repetiu-se a negativa. Por fim, o tradutor se deu por vencido, mas voltando a ressaltar as capacidades de Maria Constança:

Não tenho remédio senão dar-me por vencido, se bem que nunca houve pessoa menos convencida do que eu no presente caso o sou por V. E.. É V. E. mesma quem refuta com as obras, o que se compraz de encarecer com as palavras, sobre a sua suposta incompetência para escrever; mas enfim V. E. recusa, que posso eu fazer senão submeter-me? (PT/TT/JCS/Cx66 M4 N225).

É possível comparar a atitude de António Feliciano em relação à marquesa de Nisa com a forma com a qual ele lidou com outras aristocratas convocadas por ele, a condessa de Oyenhhausen, a marquesa de Abrantes, a irmã do marquês de Abrantes, e ainda Matilde Isabel de Santana e Vasconcelos Moniz de Betencourt (viscondessa das Nogueiras a partir de 1867). Nesses casos, não havia confraria poética ou amizade prévia para suscitar qualquer quebra de protocolo.

O contato com a marquesa de Abrantes, Maria Rita Correia de Sá e Benevides Velasco da Câmara (1821-1868), foi estabelecido através do marido, José Maria da Piedade de Lencastre Távora (1819-1870), que, em carta de 29 de dezembro de 1859, aceitava encarregar-se da nota acerca dos “sacrifícios cruentos” (bem a calhar, sendo ele um Távora) e informava: “Minha mulher escreverá a sua nota sobre o amor materno, página 160 livro 4º [...]. Minha irmã diretamente se entenderá com V. S.ª” (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N4). Apesar de José de Lencastre já ter sido colaborador ativo da *Revista Universal Lisbonense* no período sob redação de Castilho, a relação entre os dois não chegava a permitir que o poeta se dirigisse diretamente à marquesa solicitando trabalhos literários. E a despeito da aprovação do marido, somente ele publicou efetivamente uma nota. A irmã do marquês, Maria Joana da

Piedade e Lencastre (1815-?), escusou-se de participar, indicando, com modéstia, não ser possível: “Se alguma vez, V. Ex.<sup>a</sup> quiser de mim alguma coisa possível, ainda que seja muitíssimo difícil, não deixe V. Ex.<sup>a</sup> de me ocupar no seu serviço, contando com a minha vontade, como com a sua própria.” (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N297). Castilho chegou a insistir uma vez – “Se V. E., não obstante este seu primeiro não, puder ainda vencer-se e abalançar-se à façanha de dizer sim, apresse-se a dar-me essa boa nova, que eu voarei a oferecer à escolha de V. E. algum assunto bem poético, para uma ou duas páginas, quando mais não seja.” (PT/TT/JCS/Cx66 M4 N302) –, sem conseguir demovê-la de sua decisão.

Matilde Isabel (1805-1888), poetisa da ilha da Madeira, onde tinha um salão literário, não era, até então, do ciclo de relações de António de Castilho. Um amigo em comum, o barão do Castelo de Paiva, serviu de intermediário conversando pessoalmente com a poetisa madeirense, após apresentar suas intenções ao marido, como era indicado. O próprio barão conta a Castilho como se deu essa aproximação em carta de 15 de dezembro de 1859:

Ontem fui procurar a Sr.<sup>a</sup> D. Matilde de Santana, cujo honrado esposo o Sr. Jacinto Santana eu havia prevenido da pretensão de V. Ex.<sup>a</sup>; e não obtive as grandes objeções que a mesma Snr.<sup>a</sup> em presença de seu Marido me apresentou para não poder encarregar-se de um tal trabalho literário, como era uma nota a uma passagem dos Fastos, argumentando (e com razão) com a sua atual doença e com a brevidade extrema do tempo que apontei até ao fim do corrente mês, parece-me que pude conseguir de S. Ex.<sup>a</sup>, que é realmente uma Senhora do mais subido merecimento literário e de ótimas qualidades, e muito reverenciadora da alta ciência e virtude de V. Ex.<sup>a</sup>, o – sim – de que se esforçaria por condescender com o meu incessante pedido: e tenho fundada esperança de que S. Ex.<sup>a</sup> cumprirá (exceto se o frágil estado de sua saúde o impedir absolutamente) esta promessa, por cujo desejado êxito instei tanto, como V. Ex.<sup>a</sup> em pessoa instaria- (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N216).

O barão enviou a nota juntamente com essa carta, mas outra remessa foi necessária, pois Matilde Santana havia enviado, sem querer, o rascunho no lugar da versão final, como ela própria assume ao escrever a Castilho em 26 de dezembro de 1859:

Velha, doente, com a precipitação da escrita, mandei ao Sr. Barão, em vez da cópia limada, uma pior ainda da que hoje envio a V. Ex.<sup>a</sup>, a que ficou entre os meus papéis. Espero chegue a tempo: se assim não acontecer – paciência. Resta-me acabar por onde devera ter começado: rogar a V. Ex.<sup>a</sup> seja somente o seu coração o juiz da minha pobre Nota (PT/TT/JCS/Cx66 M2 N272).

Além da modéstia prescrita, Matilde Santana assumia não estar bem de saúde e não ter tempo para compor um comentário inesperado para ser incluído na edição de Castilho, mas acabou por ser convencida pela insistência do barão de Paiva e sentiu-se honrada pela

lembrança de seu nome, como indica na mesma carta. Não foi isso que aconteceu com a filha da marquesa de Alorna, Henriqueta de Almeida, a condessa de Oyenhausen.

O convite à Henriqueta de Oyenhausen foi feito em carta datada de 9 de outubro de 1859. Isto é, quando Antônio Feliciano de Castilho terminou e datou a longa missiva ao irmão no Rio, no dia 10, contando que a convidaria, já o havia feito. A condessa recusou escrever a nota, mas fez graça. A carta do poeta começava por lembrá-la que ela já havia colaborado com o almanaque de Alexandre Magno de Castilho e pede então uma nota sobre coroas e flores, referente aos versos 791 e seguinte do livro sexto d'*Os Fastos*. O tradutor começa ele próprio uma série de conjecturas sobre quais teriam sido os usos dessas capelas, como que a suscitar um debate com a condessa.

Em sua resposta, de 13 de outubro, Henriqueta celebra o tratamento que tem recebido da família Castilho, informa que nunca leu *Os Fastos* porque sua mãe não deixara e recusa, portanto, compor a nota, mas segue uma série de conjecturas no mesmo modo que o encetado por Antônio Feliciano. Como a filha da marquesa de Alorna acabou por falecer em março do ano seguinte, mesmo que não tivesse escrito propriamente um comentário ao poema de Ovídio, Castilho publicou a carta-resposta como nota, incluindo ele mesmo uma explicação erudita sobre o assunto. Inclusive, divulgou-a na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* de abril de 1861 essas duas cartas e seu texto explicativo.

O que Antônio Feliciano não veiculou foi a subsequente troca de missivas com a condessa, fruto do humor com o qual Henriqueta de Almeida tratava o pedido de Castilho. A situação começa pela carta com a qual Castilho agradece, no dia 17 daquele mês, a resposta ao pedido e indicia que a usará apesar da negativa da condessa:

Imploro o generoso perdão de V. E. por não ter agradecido logo logo a carta com que V. E. me brindou; carta verdadeiramente literária, cheia de delicadeza, de chiste, e de bom gosto; carta que a Sevigné assinaria toda ufana, e em que vem ressumbrando a rica herança da grande Alcipe. Recusando-me, por excessiva modéstia, a nota que eu pedia a V. E., V. E. me deu sem o saber com que a suprir vantajadamente (PT/TT/JCS/Cx66 M1 N99).

Henriqueta de Almeida não se fez de rogada e retorquiou três dias depois:

II.<sup>mo</sup> Sr. Antônio Feliciano de Castilho

Eu não sou Romeiro, para voltar as costas para onde quer ir: e assim desculpar-me de que não mereço tanto incenso; mas também, a sua carta tão atenciosa, e polida, merece uma resposta; pois que minha Mãe dizia – que não responder, era voltar as Costas – Mas o que lhe hei-de eu dizer?... Faço a

minha medida, e digo com ar apazível, – Muito obrigada a V. S.<sup>a</sup> por tanto favor – Agora as duas Marquesas que tomem a desforra; não lhe falta que ouvir. Entretanto sou com toda a estimação

De V. S.<sup>a</sup>

Muito Atenta veneradora

D. Henriqueta C. d'Oeynhausen e Almeida

Paço das Necessidades

20 de 8<sup>bro</sup> 1859 (PT/TT/JCS/Cx66 M1 N111).

Castilho ficou logo curioso, queria saber quem seriam as “duas Marquesas” as quais a condessa se referia. A ânsia de convidá-las logo para que também compusessem comentários à sua tradução demonstra o quanto ele valorizava que senhoras titulares colaborassem com suas atividades literárias. Decerto, além do valor simbólico desse tipo de relação, incluir nomes de pessoas prestigiadas pela sociedade ajudaria na divulgação da obra e arrebanharia apoiadores, estratégia já utilizada por ele quando da publicação da lista de assinantes à segunda edição de seu livro *A Primavera*, em 1836<sup>9</sup>. Isso explica a inclusão da nota da Henriqueta de Oeynhausen em detrimento da negativa desta. Seu afã não o deixou ver quais eram as marquesas referidas, de modo que sua correspondente teve que explicar de quem se tratavam em 28 de outubro:

V. S.<sup>a</sup> esqueceu que me comparou a minha carta, às cartas da minha Mãe, a Sr.<sup>a</sup> Marquesa d'Alorna, e à Marquesa de Sevigné. Eis aqui as duas Marquesas a quem invoquei, para que me acudissem em tamanho louvor: e se desferrassem. A d'Alorna, diria – A minha Henriqueta, não é para tanto – gostando todavia, que me aprovassem porque era minha Mãe. Agora a outra, isso é, que tem mais, que se lhe diga. Não ficava nada contente: e tinha muita razão.

Sinto não poder nesta ocasião servir a V. S.<sup>a</sup> de quem sou com toda a estimação

de V. S.<sup>a</sup>

Muito Atenta Veneradora (PT/TT/JCS/Cx66 M1 N155).

A “desforra”, se podemos chamar assim, foi Castilho ter incluído a primeira resposta de Henriqueta d'Oeynhausen e Almeida como nota à sua tradução.

Destacamos aqui uma série de cartas, inéditas em sua grande maioria, que revelam que havia sim um número de mulheres que escreviam em Portugal em meados do século XIX muito maior do que os apresentados pela historiografia literária. O interesse de Castilho por sua colaboração com notas à sua tradução d'*Os Fastos* de Ovídio, obra que ele considerava monumental, reflete que são todas elas consideradas como autoras por esse escritor.

<sup>9</sup>Sobre esse assunto, conferir Cruz (2013, p. 158-159).

Ainda assim, foi possível mostrar outros aspectos importantes no que diz respeito a essa participação feminina no campo literário com apoio de Castilho. O primeiro é de ordem social, confirmando a posição de menoridade atribuída às mulheres, pois o pedido à colaboração precisou, em alguns casos de menor intimidade, de ser feito via a figura masculina da família, como o marido ou mesmo o irmão, que deveria concordar ou não com o prosseguimento do convite e com a própria participação da mulher. Soma-se a isso a necessidade de apresentarem-se modestamente para não serem criticadas publicamente. O segundo está relacionado à valorização atribuída por António Feliciano de Castilho ao trabalho de cada uma delas. Percebemos que algumas foram convidadas mais por seu prestígio social do que por suas capacidades literárias, segundo o julgamento do poeta, o que se refletia tanto na forma como eram solicitadas a colaborar quanto na insistência ou não por uma nota assinada por elas. Além disso, foi possível verificar como neste corpo astronômico formado por Castilho e um conjunto de autoras, algumas eram mais próximas do poeta, seja trabalhando em conjunto seja compartilhando opiniões e projetos – talvez por isso tivessem brilhado mais –, e outras eram mais distantes, menos envolvidas, portanto, com o campo gravitacional do conjunto de produções e ações castilhianas.

Verificou-se também que algumas autoras que circulavam ao redor de Castilho estavam em franco processo de profissionalização como escritoras. A quantidade significativa de obras de Maria Peregrina de Sousa, arrolada em seu breve perfil biográfico publicado no catálogo de anotadores, e as muitas notas de sua autoria revelam uma prolixidade incomum. A dedicação de Maria Canuto a vários trabalhos concomitantes mostra seu desejo de ser ouvida e valorizada, apesar das agruras sofridas por ser uma mulher que insistia numa carreira pública. Eram problemas parecidos com os enfrentados por Antónia Gertrudes Pusich, que repetidamente reclamava do descaso do país pelos trabalhos literários, sobretudo dos realizados por senhoras, ao mesmo tempo em que procurava novas formas de levar suas produções ao mercado.

A leitura dos paratextos e dos epitextos da publicação castilhiana d'*Os Fastos* de Ovídio focaliza um espectro amplo do campo literário luso-brasileiro e do papel central que António Feliciano de Castilho procurava exercer. Sua correspondência relacionada a esse projeto, e recordamos que foram alvo de análise neste artigo apenas algumas cartas do segundo semestre de 1859, comprova que ele era um intelectual atuante e incansável, com amplas relações. Ao evidenciarmos as cartas trocadas entre ele e diversas autoras,

recuperamos seus nomes e sua escrita. Indicamos, assim, mais uma das ações de Castilho em prol da intelectualidade feminina no Portugal do oitocentos.

### Referências:

ALVES, Ida F. Cartas de António Feliciano de Castilho a Camilo Castelo Branco no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro, v. 22, p. 177-200, 2006.

ANASTÁCIO, Vanda. O que é uma autora? Reflexões sobre a presença feminina no campo cultural luso-brasileiro antes de 1822. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 18 n. 19, jul./dez., p. 215-224, 2011.

CASTILHO, Júlio. *Lisboa antiga: o Bairro Alto*. 3. ed. v. III. Lisboa: Oficinas gráficas da C. M. L., 1956.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHAVES, Vania; LOUSADA, Isabel. “Apresentação”. In: CHAVES, V.; LOUSADA, I.; ABREU, Carlos. *As senhoras do almanaque: catálogo da produção de autoria feminina*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; CLEPUL, 2014.

CHAVES, V.; LOUSADA, I.; ABREU, Carlos. *As senhoras do almanaque: catálogo da produção de autoria feminina*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; CLEPUL, 2014.

COELHO, Jacinto do Prado. *Poetas do Romantismo*. v. 1. Lisboa: Livraria clássica, 1965.

CUNHA, Ana Cristina Comandulli da. *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*. Tese (Doutorado) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2014.

CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. *Felicidade pela imprensa: Romantismo na Revista Universal Lisbonense da A. F. de Castilho (1842-1845)*. Tese (Doutorado) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2013.

GARRETT, Almeida. *Correspondência Familiar*. Edição de Sérgio Nazar David. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012.

GENETTE, Gérard. *Seuils*, Editions du Seuil, 1987.

NOBRE, Ricardo. Castilho e os clássicos: tradução e bom gosto. *EClassica*. n.1 Lisboa: 2015.OVÍDIO; CASTILHO, A. F.. *Arte de amar de Publio Ovídio Nasão*. Trad.de A. F. de Castilho seguida de comentários de J. F. de Castilho. Rio de Janeiro: Laemmert, 1862.

\_\_\_\_\_. *Os amores de P. Ovídio Nasão*. Paráfrase por Antonio Feliciano de Castilho, seguida pela Grinalda Ovidiana, por José Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: Bernardo Xavier Pinto de Sousa, 1858.

\_\_\_\_\_. *Os fastos de Publio Ovídio Nasão* com tradução em verso português por António Feliciano de Castilho seguidos de copiosas anotações por quase todos os escritores portugueses contemporâneos. 3 tomos. Lisboa: Imprensa da Academia Real das Ciências, 1862.

\_\_\_\_\_. *As Metamorfoses de Publio Ovídio Nasão*. Poema em quinze livros, vertido em português por António Feliciano de Castilho, na Arcádia de Roma, Memnide Eginense. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841.

LOPES, Ana Maria da Costa. *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005.

TOIPA, Helena Costa. Castilho, o campo e os clássicos. *Mathesis* n. 14, Lisboa: 2005.

VIEIRA, Brunno V. G. Recepção da poesia erótica latina no séc. XIX: José Feliciano de Castilho e sua edição dos Amores, de Ovídio. *nuntius antiquus*. n. 4. Belo Horizonte: 2009.

### A "brilliant congress": Portuguese female writers in the project of Antonio Feliciano de Castilho for his version of the Ovidian *Fasti*

**Abstract:** The poet António Feliciano de Castilho was one of the main names in the Portuguese literary field until he was attacked in 1865, in a controversy known as “Coimbra Question”, by writers who later would be considered the Generation of 70. In this article, we analyze the project of composition of the notes to his translation of *The Fasti*, by Ovid, published in 1862. For this, we highlight the paratexts that accompany the work and some of its epithets, namely a set of correspondence of the second half of 1859 on this project. The objective is to verify how Castilho valorized the feminine intelligentsia by including female authors as collaborators of his annotation project. The analysis of the correspondence reveals a significant set of female authors and the different ways in which Castilho relates to them.

**Keywords:** Female authorship. Correspondence. Paratext. Literary field.

**Recebido em:** 17 de setembro de 2017.

**Aceito em:** 27 de outubro de 2017.